

SUMÁRIO

1

A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	23
1.1 A contribuição previdenciária e a seguridade social	23
1.2 Contribuições previdenciárias no sistema tributário nacional	24
1.3 Disposições constitucionais da contribuição previdenciária	28
1.4 Regime jurídico das contribuições previdenciárias	31
1.4.1 Princípio da anterioridade das CSS	31
1.4.2 Fato gerador da CP	33

2

SUJEITOS DA OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	37
2.1 Introdução	37
2.2. Segurados obrigatórios	38
2.2.1 Empregados	38
2.2.2 Empregados domésticos	48
2.2.3 Contribuinte Individual	50
2.2.4 Trabalhador avulso	59
2.2.5 Segurado Especial	62
2.2.6 Segurado Facultativo	74
2.3 Outras disposições	75
2.4 Filiação e inscrição do segurado junto à Previdência Social	76
2.5 Tomadores de serviço	82
2.5.1 Empresa e equiparadas	83
2.5.2 Empregador doméstico	84
2.5.3 Matrícula da empresa e equiparadas	84

3

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	87
3.1 Introdução	87
3.2 Conceito de salário de contribuição.....	88
3.3 Limites para o salário de contribuição	91
3.4 Parcelas integrantes e não integrantes do salário de contribuição	94
3.4.1 Férias	94
3.4.1.1 Férias e 1/3 Adicional	94
3.4.1.2 Férias Indenizadas e 1/3 Adicional	97
3.4.1.3 Dobra das Férias.....	97
3.4.1.4 Abono Pecuniário das Férias	98
3.4.1.5 Abono Equivalente a 20 Dias do Salário.....	99
3.4.1.6 Resumo Esquemático das Parcelas de Férias	100
3.4.2 Décimo-Terceiro Salário	100
3.4.3 Benefícios da Previdência Social	103
3.4.4 Diárias de Viagem.....	108
3.4.5 Comissões e Percentagens	110
3.4.6 Ganhos Eventuais, Abonos, Gratificações e Prêmios.....	110
3.4.7 Adicionais.....	112
3.4.8 Transporte do Trabalhador	114
3.4.9 Alimentação do Trabalhador	119
3.4.10 Saúde do Trabalhador	121
3.4.11 Creche.....	127
3.4.12 Babá.....	129
3.4.13 Seguro de Vida em Grupo.....	132
3.4.14 Previdência Complementar	135
3.4.15 Participação nos Lucros ou Resultados PLR	140
3.4.16 Distribuição dos Lucros x Pró-Labore.....	145
3.4.17 Juros Sobre o Capital Próprio.....	150
3.4.18 Aviso Prévio	152
3.4.19 Programa de Demissão Voluntária.....	157
3.4.20 Indenizações Rescisórias.....	157
3.4.21 Vestuário e Equipamentos	160
3.4.22 Veículos	162
3.4.23 Ajuda de Custo	164
3.4.24 Estagiários.....	165
3.4.25 Educação do Trabalhador	167
3.4.26 Complemento de Auxílio-Doença.....	172

3.4.27	Direitos Autorais	173
3.4.28	Luvas e Bichos	174
3.4.29	Adicional de Quebra de Caixa	175
3.4.30	Ministros de Confissão Religiosa	175
3.4.31	Trabalhadores Expatriados	178
3.4.32	Subsídios dos Parlamentares	179
3.4.33	Doação de Bens e Produtos e Operações com Emprega- dos.....	182
3.4.34	Auxílio-Funeral	183
3.4.35	Benefícios Flexíveis	184
3.4.36	Guelta.....	185
3.4.37	Trabalhadores Estrangeiros não Residentes.....	188
3.4.38	Honorários de Sucumbência e Periciais.....	189
3.4.39	Direito de Arena x Direito de Imagem	191
3.4.40	Ajuda de Custo do Aeronauta	193
3.4.41	Trabalho do Menor de 14 Anos.....	193
3.4.42	Stock Options	197
3.4.43	Bolsa do Médico-Residente	199
3.4.44	Remuneração do Síndico de Condomínio.....	199
3.4.45	Bolsa de Pesquisa	201
3.4.46	Ajuda de Custo de Curso de Formação.....	201
3.4.47	Verba de Representação	202
3.4.48	Parcelas Instituídas por Norma Coletiva.....	204
3.4.49	Remuneração dos Corretores.....	204
3.4.50	Indenização pela Supressão do Intervalo Intraornada	205

4

CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS.....		207
4.1	Contribuição dos segurados	207
4.2	Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico	208
4.3	Contribuinte individual	217
4.3.1	Prestação de serviço a pessoas jurídicas.....	217
4.3.2	Prestação de serviço a pessoas físicas	221
4.3.3	Contribuinte individual condutor autônomo	224
4.3.4	Quadro resumo da contribuição do contribuinte individual...	226
4.4	Segurado facultativo	227
4.5	Segurado especial.....	228
4.6	Limite mínimo de contribuição dos segurados do RGPS	233
4.7	Tabela resumo das contribuições dos segurados.....	235

5

CONTRIBUIÇÕES DOS TOMADORES DE SERVIÇOS 237

5.1	Introdução	237
5.2	Contribuição dos empregadores domésticos.....	238
5.3	Contribuição da empresa e equiparados	242
5.3.1	Sobre a remuneração de empregados e avulsos	242
5.3.1.1	Contribuição básica para o custeio do RGPS	242
5.3.1.2	Contribuição para o custeio do SAT / GILRAT – parcela básica	244
5.3.1.3	Contribuição adicional ao SAT/GILRAT para o custeio das aposentadorias especiais	251
5.3.1.4	Contribuição para outras entidades e fundos ("terceiros")	253
5.3.1.5	Contribuição sobre o 13º salário dos emprega- dos.....	256
5.3.1.6	Tabela resumo da contribuição da empresa sobre os serviços de empregados e avulsos	257
5.3.2	Contribuição da empresa e equiparados sobre as remune- rações dos contribuintes individuais	258
5.3.2.1	Tabela resumo da contribuição da empresa sobre os serviços de contribuintes individuais....	261
5.3.3	Contribuição da Cooperativa de Produção	261
5.3.3.1	Tabela resumo da Contribuição da Cooperativa de Produção	263
5.3.4	Contribuição da empresa sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e contribuição da cooperativa de trabalho.....	264
5.4	Contribuição substitutiva da parte patronal	267
5.4.1	Introdução	267
5.4.2	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional.....	268
5.4.2.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional	271
5.4.3	Produtor rural pessoa física	271

5.4.3.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva do produtor rural pessoa física optante pela contribuição sobre a produção rural.....	276
5.4.4	Produtor rural pessoa jurídica	276
5.4.4.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva do produtor rural pessoa jurídica	280
5.4.5	Agroindústria.....	280
5.4.5.1	Tabela resumo da contribuição substitutiva da parte patronal da agroindústria	283
5.5	A Desoneração da Folha de Pagamento e as Contribuições Substitutivas Temporárias	283
5.6	Contribuição das empresas optantes pelo Simples Nacional	284
5.7	Tabela Resumo Geral das Contribuições da Empresa.....	295

6

GESTÃO DO NTEP E FAP – EFEITOS NA CONTRIBUIÇÃO DO SAT/RAT		297
6.1	Contribuição do RAT/SAT	297
6.1.1	Considerações iniciais	297
6.1.2	Alíquota e Base de Cálculo do SAT/RAT – Básico.....	299
6.1.3	Atividade Preponderante.....	301
6.1.4	Atividade Preponderante x Atividade Principal	302
6.2	Fator de Prevenção Acidentário – FAP	303
6.2.1	Noções Gerais.....	303
6.2.2	Cálculo do FAP	307
6.2.3	Contestação do FAP	310
6.3	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.....	312
6.3.1	Considerações Iniciais	312
6.3.2	Acidente de Trabalho.....	313
6.3.3	O NTEP e sua influência no FAP	315
6.3.4	Contestação do NTEP	318
6.4	DA GESTÃO DO NTEP E FAP	320
6.4.1	Medidas Corretivas e Preventivas	320
6.4.2	Gestão dos Benefícios	321
6.4.3	Gestão dos Afastamentos.....	322
6.4.4	Conferir o FAP da empresa	323

7

RETENÇÃO DE 11% SOBRE A NOTA FISCAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS 325

7.1	Noções básicas – retenção x solidariedade	325
7.2	Retenção de pessoas jurídicas x retenção dos contribuintes individuais	327
7.3	Retenção de pessoas jurídicas x contribuição sobre notas fiscais de cooperativas de trabalho	328
7.4	Serviços sujeitos à retenção.....	329
7.4.1	Retenção na construção civil.....	336
7.5	Quadro resumo.....	338
7.6.	Retenção para empresas optantes pelo Simples Nacional	338
7.7	Situações de dispensa da retenção	340
7.8	Reduções da base de cálculo da retenção	342
7.9	Adicional de alíquota para serviços em condições especiais	345
7.10	Retenção de contribuição previdenciária das empresas desoneradas.....	346
7.11	Solidariedade residual	347
7.12	Compensação e restituição de valores descontados na cessão de mão de obra e na empreitada.....	350

8

REEMBOLSO, COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO 351

8.1	Reembolso	351
8.1.1	Da solicitação do Reembolso.....	352
8.1.2	Procedimentos para devolução do reembolso	352
8.1.3	Do prazo para requerer o reembolso.....	353
8.1.4	Da decisão sobre o requerimento de reembolso	354
8.2	Restituição	354
8.2.1	Da solicitação da restituição.....	355
8.2.2	Procedimentos para restituição de valores	356
8.2.3	Do prazo para requerer a restituição	357
8.2.4	Da decisão sobre o pedido de restituição	358

8.2.5	Restituição de Valores Referentes à Retenção de Contribuições Previdenciárias – CP na Cessão de Mão de Obra e na Empreitada.....	358
8.2.6	Pedido de restituição das empresas do Simples Nacional ..	359
8.3	COMPENSAÇÃO	360
8.3.1	Compensação não Declarada	362
8.3.2	Compensação de créditos para as empresas que utilizam o eSocial	363
8.3.3	Compensação de Contribuições Previdenciárias através da GFIP	368
8.3.4	Impossibilidade de compensação de contribuições destinadas a terceiros com contribuições previdenciárias	369
8.3.5	Compensação entre estabelecimentos.....	370
8.4	Atualização dos valores a compensar ou a restituir.....	371
8.5	Da decisão sobre o pedido compensação.....	372
8.6	Compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado	372
8.7	Do prazo para requerer a compensação.....	374
8.8	Resumo	374

9

PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 375

9.1	Introdução	375
9.2	Efeitos jurídicos do parcelamento	376
9.3	Modalidades de parcelamento	379
9.4	Parcelamento ordinário e o simplificado	379
9.4.1	Diferenças entre o parcelamento Ordinário e o Simplificado	380
9.4.2	Da solicitação do parcelamento	381
9.4.3	Dos valores parcelados	381
9.4.4	Do reparcimento	382
9.4.5	Da rescisão do parcelamento	383
9.4.6	Procedimentos para aderir ao parcelamento simplificado previdenciário.....	383
9.4.7	Procedimentos para aderir ao parcelamento ordinário previdenciário	385
9.5	Parcelamento de débitos do Simples Nacional	386
9.5.1	Das prestações e do pagamento	387

9.5.2	Procedimentos para realizar o Parcelamento de débitos do Simples Nacional	388
9.6	Parcelamentos de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	388

10

PROVA DE REGULARIDADE FISCAL	391
10.1 Introdução	391
10.2 Certidões de regularidade fiscal	392
10.2.1 Certidão Negativa de Débitos – CND	392
10.2.2 Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPEN.....	394
10.2.3 Certidão Positiva (CP)	395
10.3 Histórico de consulta de certidão de regularidade fiscal	395
10.4 Prazo para emissão das certidões	396
10.5 Como pedir a certidão de regularidade fiscal	397
10.6 Situações de exigibilidade da CND.....	398
10.6.1 Situações básicas de exigência para empresas.....	398
10.6.2 Exigência para obras de construção civil.....	401
10.6.3 Exigência para o produtor rural pessoa física e segurado especial	402
10.6.4 Exigência para empresas na contratação de créditos com instituições financeiras.....	402
10.6.5 Exigência para órgãos públicos	403
10.7 Dispensa da CND.....	404
10.8 Responsabilidade solidária	404
10.9 Tabela resumo das principais situações de exigência da CND	405

11

OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	407
11.1 Introdução	407
11.2 Obrigações fiscais.....	408
11.2.1 Obrigação principal	410
11.2.1.1 Juros de mora e atualização monetária	410
11.2.1.2 Multa moratória	412
11.2.1.3 Multa de ofício	413

11.2.1.4	Exemplos práticos de pagamento de contribuições em atraso	416
11.2.2	Obrigações acessórias	417
11.2.2.1	Implantação do eSocial	418
11.3	Auto de infração por descumprimento de obrigação acessória	420
11.3.1	Circunstâncias atenuantes e agravantes	420
11.3.2	Redução da multa do auto de infração	424
11.3.3	Multa por atraso na entrega da GFIP/DCTFWEB	424
11.3.4	Apresentação de dados em meio digital	425
11.3.5	Folha de pagamento	427
11.3.6	Contabilização em títulos próprios	429
11.3.7	Distribuição de lucros	429
11.3.8	Entrega da comunicação de acidente do trabalho – CAT ..	431
11.3.9	Comunicação de Dados pelos Cartórios	433
11.3.10	Outras obrigações acessórias e suas penalidades	434
11.3.11	Penalidade de restrições	436
11.3.12	Multas em Espécie	437

12

PROCEDIMENTO FISCAL PREVIDENCIÁRIO	451
12.1 Atividade de fiscalização	451
12.1.1 Órgão arrecadador	451
12.1.2 Da Constituição do Crédito Tributário	451
12.2 Do procedimento de fiscalização	454
12.2.1 Do lançamento de ofício	454
12.2.2 Das multas de ofício	456
12.3 DA AÇÃO FISCAL	462
12.3.1 Termo de Distribuição dos Procedimentos Fiscais – TDPF ...	462
12.3.1.1 Elementos do TDPF	464
12.3.1.2 Prazos de Validade	464
12.3.1.3 Extinção do TDPF	464
12.4. Desenvolvimento do Procedimento Fiscal	465
12.4.1 Início do Procedimento Fiscal	465
12.4.2 Efeitos do TIPF	465
12.4.3 Formas de Ciência dos Atos	468
12.4.4 Contagem dos Prazos	469
12.4.5 Não Atendimento à Intimação	471

12.5	Encerramento de procedimento fiscal.....	472
12.5.1	Resultado da Ação Fiscal.....	472
12.5.2	Documentos Frutos da Ação Fiscal.....	474

13

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL PREVIDENCIÁRIO 475

13.1	Considerações iniciais	475
13.1.1	Processos Fiscais Tributários	475
13.1.2	Aspectos dos Processos Administrativo e Judicial	477
13.2	Normas disciplinadoras do PAF	478
13.3	As fases do processo administrativo fiscal.....	480
13.3.1	Impugnação	480
13.3.2	Ciência, Prazo e Contagem	481
13.3.3	Efeitos da Impugnação.....	482
13.3.4	Encaminhamento da Impugnação	482
13.3.5	Elementos da Impugnação	483
13.4	Julgamento da impugnação	484
13.5	Recursos.....	485
13.6	Extinção do contencioso.....	486
13.6.1	Decisão definitiva	486
13.6.2	Pagamento, compensação ou parcelamento	487
13.7	Dos atos processuais	489
13.7.1	Da intimação.....	489
13.7.2	Revelia	491

14

PROCESSO DE CONSULTA 493

14.1	Introdução	493
14.2	Legitimados para formular a consulta	494
14.3	Requisitos do processo de consulta	494
14.4	Da solução de consulta e seus efeitos.....	495
14.5	Consulta ineficaz.....	497
14.6	Efeito vinculante da consulta	498
14.7	Documentação para formalizar o pedido de consulta.....	498

15

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.....	501
15.1 Da decadência e prescrição	501
15.2 Da decadência	501
15.3 Da prescrição	502
15.4 Posição da Receita Federal	504

16

GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	507
16.1 Garantias do crédito tributário	507
16.1.1 Arrolamento de Bens e Direitos	508
16.1.2 Medida Cautelar Fiscal.....	513
16.1.3 Averbação pré-executória do crédito tributário – Indisponibilidade Administrativa de Bens.....	516
16.1.4 Protesto Extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa.....	517
16.1.5 Crimes Tributários.....	518
16.1.5.1 Procedimento nos crimes contra a segurança social	521
16.1.5.2 Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A do Código Penal.....	522
16.1.5.3 Sonegação fiscal previdenciária - Art. 337-A do Código Penal	527
16.1.5.4 Falsificação de documento público - Art. 297 do Código Penal	530
16.1.5.5 Inserção de dados falsos em sistema de informação - Art. 313-A do Código Penal.....	531
16.1.5.6 Modificação não autorizada de sistema de informação - Art. 313-B do Código Penal	532
16.1.5.7 Divulgação de informações sigilosas ou reservadas – Art. 153 do Código Penal	532
16.1.5.8 Estelionato - Art. 171 do Código Penal	533
16.2 Preferência do crédito tributário.....	534

17**OPERAÇÕES FISCAIS 537**

17.1	Introdução	537
17.2	Fiscalização de Alta Performance – FAPE.....	540
17.2.1	FAPE – Exposição de trabalhadores ao benzeno em postos revendedores de combustíveis.....	541
17.2.2	FAPE – Autônomos	543
17.2.3	FAPE – GILRAT	543
17.2.4	FAPE – “Falso SIMPLES”	545
17.2.5	FAPE – Exposição de trabalhadores ao agente físico Ruído	545

18**AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 547**

18.1	Introdução	547
18.2	Fato gerador da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho ..	551
18.3	Procedimento de execução das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho.....	567
18.4	Polêmicas acerca da execução das contribuições previdenciárias...	570
18.4.1	Introdução	570
18.4.2	Contribuições Decorrentes de Sentenças de Reconheci- mento de Relação de Trabalho.....	571
18.4.3	Incidência de Juros	575
18.4.4	Decadência das Contribuições Previdenciárias – Ocorrên- cia no Processo do Trabalho.....	580
18.4.5	Incompetência para Execução das Contribuições de Ter- ceiros.....	589
18.4.6	Execução das Contribuições dos Segurados.....	595
18.4.7	Execução das Contribuições Decorrentes dos Acordos Ho- mologados na Justiça do Trabalho	598
18.5	Alíquota, base de cálculo previdenciária e outras situações diferen- ciadas na execução.....	607
18.5.1	Contribuições Substitutivas da Parte Patronal.....	607
18.5.2	Empresas Optantes pelo Simples	608
18.5.3	Entidades Imunes ou Isentas	610
18.5.4	Fator Acidentário de Prevenção.....	611

Sumário

18.5.5	Alíquota Diferenciada – Aposentadoria Especial	613
18.5.6	Situações Especiais de Execução em Caso de Litisconsorte ..	616
18.5.7	Restituição de Contribuições Executadas Indevidamente e Repetição de Indébito	617
18.6	Reconhecimento do tempo de contribuição decorrente de processos trabalhistas	620
18.6.1	Panorama.....	620
18.6.2	Normas Administrativas	625
18.6.3	A GFIP/e-Social	628
18.6.4	A Entrega do documento Declaratório nas Reclamações Trabalhistas como Elemento Facilitador da Contagem de Tempo de Contribuição	631